

PROFESSORES EM RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: ESTÁGIO PARA ENSINAR MATEMÁTICA

Iara Zimmer

Doutoranda em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) – São Paulo – SP – Brasil.

Nessa obra os autores problematizam a dimensão epistemológica dos estágios curriculares. O tema é abordado utilizando questões e constatações que atendem às distintas modalidades de estágio de diversos cursos de licenciatura.

Os pesquisadores Silvestre e Valente argumentam que o contato dos licenciandos com as escolas e as situações de ensino, oportunizado pelos estágios curriculares obrigatórios, não implica efetivamente ações que mobilizem a aprendizagem da prática docente. Para eles é necessário observar a organização, que vista sob a lente metodológica, visa contribuir eficazmente nessa formação.

O assunto é tratado em quatro capítulos, sendo que, no primeiro deles, os autores descrevem o surgimento dos estágios curriculares obrigatórios nos cursos de formação de professores e o seu desenvolvimento ao longo da história, alegando que:

[...] conhecer esta trajetória nos oferece elementos para compreender o lugar que o estágio ocupa nos currículos de formação atualmente e, mais do que isso, nos indica quais são os aspectos que poderiam ou deveriam ser reelaborados ao se organizar uma proposta/projeto de Estágio Curricular supervisionado. (SILVESTRE; VALENTE, 2014, p. 15), (grifo nosso).

Nesta retrospectiva, os autores constataam três formas distintas de acontecer a formação de professores: o método mútuo, o professor-adjunto e a Escola Normal. Mesmo distintas, todas admitem que a aprendizagem da prática se dá por meio da observação e da reprodução de modelos preestabelecidos.

As mudanças ocorridas no início do séc. XX, tais como o acesso à escola e os ideários da Escola Nova, influenciaram conseqüentemente a formação de professores. De acordo com os autores, a Escola Normal admitiu caráter profissionalizante e a Prática de Ensino foi substituída por um *estágio* de vinte horas. E o Instituto de Educação deu novo sentido à Prática de Ensino quando a colocou como eixo central na formação de professores e promoveu a articulação entre a Escola de Professores e a Escola Primária. De maneira análoga, Silvestre e Valente (2014) destacam, neste período, três modalidades de formação: o Curso Normal Regional, o Institutos de Educação e as Escolas Normais.

Observam, os autores, que nesta mesma época surge também a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, na qual os bacharéis de Letras, Ciências, Filosofia e Pedagogia se formavam em três anos e frequentando a seção de Didática (mais um ano) do curso, licenciavam-se.

Silvestre e Valente (2014) inteiram que explicita ou implicitamente a parte “prática” – o estágio – sempre esteve presente na formação de professores.

Destacam os autores, do período seguinte, os retrocessos no campo da formação de professores, tais como: a inserção do estágio curricular fora do horário de aula (desde a LDB 4.024/61 até hoje). Outro fator foi manter a ideia de que a aprendizagem da docência se dá por meio de observação e repetições de práticas. Além disso, adicionaram os pressupostos da racionalidade técnica, o que, para eles, faz o estágio dialogar apenas com as disciplinas de Didática e Metodologia.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) é destacado pelos autores apresentando três formas de desenvolver o estágio: observação e reflexão, observação participativa prevendo a elaboração de materiais didáticos e docência supervisionada, no entanto, sem diretrizes que indicassem o

desenvolvimento dessas atividades. Característica que denota para eles traços da concepção de Prática de Ensino e Estágio muito semelhante àquela desenvolvida até então. Todavia reiteram que o estágio continua sendo considerado um espaço importante para aprender a prática por meio de observação e desenvolvimento de exercícios práticos.

Os autores analisam, ainda, a legislação vigente no que tange à formação de professores e ao estágio, especificamente para o curso de Pedagogia. Observam nos documentos que a reestruturação destes cursos se fundamentou numa *epistemologia da prática* e mesmo assim não superou a dicotomia existente na relação entre teoria e prática.

Examinar esta trajetória histórica levou os autores a concluir que:

[...] para que os estágios cumpram sua parcela de contribuição na formação inicial de professores e assumam um lugar diferente daquele que veio ocupando ao longo dos anos, compreendemos ser necessário: rever sua finalidade; reconhecer que as concepções que nortearam até então não superaram a divisão entre teoria e prática e, finalmente, provar o estreitamento do vínculo entre escola-campo e instituição formadora. (SILVESTRE; VALENTE, 2014, p.29).

O segundo capítulo trata dos aspectos históricos específicos da formação matemática para pedagogos, destacando as transformações importantes ocorridas no final do séc. XIX e séc. XX. Ressaltam então sobre: i) As Escolas Normais, em que o ensino secundário é tido como referência. De acordo com os autores, o Colégio Pedro II no RJ marca o ensino de Matemática. ii) A construção de materiais para atender o método intuitivo, tendo como material notório: as *Cartas de Parker*. iii) O *Movimento da Matemática Moderna* (MMM), retomando a construção de material. iv) A Educação Matemática, em que os estágios voltam-se às novas tendências internacionais, isto é, pensar o ensino na perspectiva da resolução de problemas. v) As tendências da Educação Matemática com inovações no campo.

No capítulo 3 os autores apresentam uma alternativa de realização do estágio, chamada Residência Pedagógica (RP), voltada ao ensino de Matemática, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo. Esta proposta, para os autores, viabiliza uma discussão de superação de modelos técnicos e práticos, que embasam as práticas de estágio até hoje na perspectiva de um modelo crítico.

Um relato desta experiência é feito no quarto capítulo. Trata-se de um grupo de estudantes participantes do Estágio Curricular desenvolvido no Ensino

Fundamental I, em escolas da rede municipal da cidade de Guarulhos SP, do Programa de Residência Pedagógica (PRP) que compõe o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Unifesp – *Campus Guarulhos*.

Nas considerações finais, Silvestre e Valente (2014) corroboram com a valorização dos estágios e com a busca de novas alternativas para sua realização, de modo a superar os modelos anteriormente praticados, voltadas para a melhoria da qualidade desta formação. Neste sentido, defendem o PRP da Unifesp como uma destas iniciativas.

Os autores encerram a obra alertando que:

[...] qualquer forma alternativa de desenvolvimento dos estágios curriculares, para que alcance a qualidade desejada, precisa eleger a aprendizagem da docência como foco central de sua organização, além de criar maneiras de promover o diálogo interinstitucional entre a academia e a escola-campo. (SILVESTRE; VALENTE, 2014, p. 97).

REFERÊNCIA

SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R. **Professores em Residência Pedagógica**: estágio para ensinar Matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Texto recebido em: 16/04/2015

Aprovado em: 24/09/2015

Endereço para correspondência:

Iara Zimmer. Rua Antônio Eleutério Vieira, n 480, Agrônômica, Florianópolis, SC, CEP 88025380. *E-mail*: iaraz@ig.com.br